

LEIRIA | REGIÃO

Empresários pedem ajuda para ultrapassar dificuldades na internacionalização

Conferência Associação Empresarial da Região de Leiria (Nerlei) pediu apoio ao secretário de Estado da Internacionalização para ultrapassar dificuldades na vertente da internacionalização. Presidente da organização empresarial quer mais "flexibilidade" na legislação laboral

Mário Pinto (textos)

O presidente da Nerlei - Associação Empresarial da Região de Leiria pediu ao secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias, para ajudar os empresários da região a "ultrapassar algumas dificuldades" no processo de internacionalização. No almoço-conferência organizado pela Nerlei e a CEFAMOL, ontem, Jorge Santos elencou as dificuldades que os empresários têm em obter vistos de entrada em Portugal de cidadãos marroquinos, um processo que "pode demorar meses" na embaixada Portuguesa em Rabat, o que dificulta a recepção de empresários nas nossas empresas e associações.

A dificuldade de obtenção de vistos para a Argélia, "porque a plataforma 'online' está muitas vezes indisponível" e o facto de não haverem voos diários directos, "impede que os empresários se desloquem apenas por um dia ou dois" e a dificuldade nas transferências de divisas (pagamentos e recebi-

Jorge Santos transmitiu um conjunto de preocupações ao secretário de Estado da Internacionalização

mentos que não têm contrapartida de compra e venda de bens e serviços) foram outros exemplos do presidente da Nerlei, perante cerca de 130 empresários que estiveram na iniciativa. No rol de dificuldades transmitidas ao membro do Governo, Jorge Santos apontou também o caso do Irão, realçando a "impossibilidade de efectuar transferências bancárias, bem como a "dificuldade no contacto" com a embaixada portuguesa em Teerão.

Já sobre o território nacional, referiu os "processos de desal-

fandamento demorados" e os custos dos portos nacionais que "são muito elevados", pelo que os armadores estão "a desviar-se de Portugal e ir para Espanha", frisou Jorge Santos.

O presidente da Nerlei elencou ainda um conjunto de medidas - algumas das quais já tinha alertado no passado -, que afectam a capacidade competitiva das empresas, nomeadamente a questão da legislação laboral, que do seu ponto de vista "deve ser flexível para responder às necessidades dos clientes", e o "elevado absen-

tismo por baixas por doenças profissionais" com as correspondentes limitações das empresas na actuação neste âmbito, sem a "devida fiscalização". "A morosidade da justiça é outra questão que não é fácil de resolver", afirmou Jorge Santos. "Demora muitos anos a cobrar uma dívida", assim como a "previsibilidade fiscal".

"Estamos em grande período de investimento e necessitamos de saber a médio e longo prazo o que é que vamos pagar, como se vai processar o sistema fiscal", alertou ainda o líder associativo no almoço-conferência. Jorge Santos salientou que alguns dos problemas que elencou não são da tutela de Eurico Brilhante Dias, designadamente a questão do banco de horas e os preços da electricidade, como referiu um dos empresários do ramo da cerâmica, mas pediu ao governante que "leve o recado" ao primeiro-ministro e transmita as preocupações dos empresários de Leiria, uma região onde as exportações, entre 2006 e 2016 "cresceram cerca

de 92%", enquanto "que no País cresceram pouco mais de 40%", e onde a taxa de desemprego "sempre foi entre três a quatro por cento abaixo da média nacional", frisou.

Cefamol pede apoio

O presidente da Associação Nacional da Indústria de Molde (Cefamol), João Faustino, transmitiu ao secretário de Estado da Internacionalização que os empresários contam com o seu apoio "para manter a trajectória de sucesso, continuando a reforçar o posicionamento internacional" e que pode "continuar com a indústria e as instituições da região no apoio à internacionalização do País. "O contributo que a nossa indústria tem dado para o incremento das exportações, do emprego qualificado, da inovação da Investigação e Desenvolvimento no nosso País tem sido um exemplo muitas vezes apresentado em diferentes fóruns. Saiba que pode continuar a contar connosco para a valorização da nossa indústria e do nosso País", referiu.

Secretário de Estado atento às preocupações



O secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias, esteve atento às preocupações dos empresários, referindo que sobre o conjunto de queixas "algumas são conhecidas" e outras "velhos problemas" que é preciso ouvir para o executivo "incorporar na política pública as prioridades, vontades e dificuldades dos empresários e das empresas".

Em resposta ao presidente da Nerlei, o governante referiu que em matéria de vistos para Marrocos e Argélia foi alterada a legislação, adiantando que o decreto regulamentar deverá ser aprovado na próxima semana. "Isso não resolve os problemas de capacidade dos nossos consulados", reconheceu, admitindo que Marrocos e Argélia são "fortemente pressionados", situação que o executivo tem procurado resolver. Quanto ao Irão, "o problema central é o banco correspondente", mas prometeu trabalhar em colaboração com colegas do Governo. "A matéria que é da minha tutela posso comprometer-me, em relação a outras posso transmitir a quem de direito", referiu o governante.

PSD questiona Ministério da Educação sobre revisão de turmas em colégios

FÁTIMA Quatro deputados do PSD questionaram ontem o Ministério da Educação sobre a eventual disponibilidade em rever o número de turmas nos colégios de Fátima, no distrito de Santarém, e Arruda dos Vinhos, Lisboa, com contrato de associação.

"Atendendo às preocupações da comunidade, ao impacto negativo no sucesso do percurso educativos dos alunos e na dinâmica da comunidade local e à solicitação apresentada por todos os deputados da Assembleia Municipal de Ourém, está o Ministério disponível para rever o número de turmas nas escolas com contrato de associação em Fátima previsto para o ano lectivo 2018/19?", perguntam os parlamentares, três dos quais eleitos pelo Círculo de Santarém.

No documento, os deputados querem também saber se a tutela está disposta "a aumentar o número de turmas em Fátima" para "dar resposta a todos os alunos cujos pais sejam residentes nesta freguesia, acrescido daqueles que também trabalham na freguesia e cuja al-

ternativa dista mais de dez quilómetros da sua residência".

"Está o Ministério disposto a atribuir o mesmo número de turmas em consonância com os mesmos critérios que foram tidos em consideração para agregados populacionais similares e sem alternativa de escola pública, como é o caso de Arruda dos Vinhos?", questionam ainda.

Na semana passada, a Assembleia Municipal de Ourém aprovou por unanimidade uma moção que recomenda a revisão de turmas nos colégios

de Fátima, alertando que alunos residentes na cidade não têm lugar nestas escolas.

"Sabemos que, se nada for feito, mais de uma centena de crianças e jovens residentes em Fátima poderão não ter lugar nas escolas com contrato de associação que prestam em Fátima um serviço público de excelência", refere a moção, que adverte, igualmente, para "o despedimento de mais de duas dezenas de docentes e não docentes".

Na pergunta ontem dirigida ao Ministério, os parlamentares

citam esta moção, referindo que "em Fátima existem três escolas nesta situação, o Colégio de São Miguel, Centro de Estudos de Fátima e Colégio do Sagrado Coração de Maria".

"Apesar do novo despacho de matrículas, aplicável a toda a rede de serviço público de educação, prever a manutenção do paradigma da proximidade geográfica entre a residência ou o local de trabalho do encarregado de educação e atendendo à dinâmica económica e localização geográfica de Fátima, o Ministério mantém para o ano lectivo de 2018/19 o corte em 50% do número de turmas contratualizadas com as escolas que servem com qualidade a população e aquela região há décadas",

adiantam.

Ora, esta "decisão tomada pelo Ministério da Educação provoca o insólito de dar prioridade no acesso a estas escolas a alunos que não habitam na freguesia do estabelecimento de ensino em detrimento de crianças que habitam efectivamente em Fátima", lê-se na pergunta dirigida ao Ministério de Tiago Brandão Rodrigues.

Para os sociais-democratas, "assim sendo, alheia, mas vítima do preconceito ideológico contra as escolas particulares que parece ser móbil deste Governo, é com preocupação que a comunidade vê serem ignoradas pelo Ministério da Educação as especificidades próprias de Fátima e o princípio da coesão social e territorial".